

O LIVRO NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

Kátia de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-4909-8745>

Flávia Goulart Rosa
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-1612-4177>

Marlene Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Susane Barros
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-6090-6440>

Resumo:

O artigo tem como objetivo identificar a presença do livro no Sistema de Avaliação da Capes, no quadriênio 2013-2016, no tópico *publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa*, do quesito/item *Produção intelectual* do documento de área, que orienta o preenchimento da ficha de avaliação. O *corpus* da pesquisa é constituído de 49 documentos disponíveis na Plataforma Sucupira. Os resultados evidenciaram que, nos documentos em análise, apesar da presença do livro como canal de comunicação da pesquisa em 32 (65,3%) áreas, é o artigo em periódico científico que predomina como canal de comunicação da pesquisa na totalidade das áreas investigadas. A indicação do artigo em periódico científico no documento de área para o processo de avaliação pode estar associada ao fator sociopolítico que influencia o fazer científico.

Palavras-chave: Livro. Avaliação da Capes. Campo científico.

Abstract:

This article has as an objective to identify the presence of books in Capes Evaluation System, in the quadrennium 2013-2016, on the topic *qualified publications in relation to the permanent faculty of the Program*, from item *Intellectual production* of the area document, which guides the filling out of the evaluation form. Research corpus is made of 49 documents available at Sucupira Platform. Results show that, in the documents under analysis, despite the presence of books as a research line of communication in 32 (65.3%) areas, it is the article in scientific journal that prevails as a research line of communication in all areas investigated. The indication of the article in scientific journal in the area document for the process of evaluation may be associated to the socio-political factor that influences science-making.

Keywords: Books. Evaluation by Capes. Science Field.

1 COMPREENDENDO A DINÂMICA NO CAMPO CIENTÍFICO

Na acepção de Pierre Bourdieu (2004), todo campo, e o campo científico é um bom exemplo disso, conhece relações de força e estabelece-se a partir de um campo de lutas para conservar ou transformar essas forças socialmente constituídas. “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas.” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Bourdieu (2004) explica que não é que o microcosmo da ciência esteja à parte de toda a influência das imposições do macrocosmo, mas que o microcosmo estabelece com esse último uma relação de autonomia parcial. Através da noção de campo, o autor entende ser possível escapar, a um só tempo, de cair na ideia de “ciência pura”, livre de qualquer pressão ou influência social, e da “ciência escrava”, totalmente sujeita às demandas ou interesses político-econômicos. Ao nos remeter à noção de campo nesse trabalho, buscamos nos inspirar nessa importante discussão de Bourdieu, entendendo que não se pode falar de pureza na ciência, posicionando esta atividade humana fora das interações sociais marcadas por relações e disputas de poder, como também não podemos falar de ciência como um campo como outro qualquer, considerando-o como totalmente determinado por vetores de força externos.

De acordo com o autor, é a estrutura das relações objetivas entre os agentes sociais do campo que determina o que estes podem e não podem fazer. É essa estrutura que comanda os pontos de vista dentro do campo, as intervenções científicas, assim como é ela que define os lugares mais recomendados para publicação, os temas de pesquisa que devem ser preferencialmente escolhidos, os objetos que devem ser alvo de estudo. Como afirma Bourdieu (2004, p. 23) “é a posição que eles [os agentes sociais] ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição.”

No quadro teórico delineado por Bourdieu (2004), é a distribuição do capital científico num dado momento da vida do campo científico que determina a sua estrutura, ao tempo em que esta mesma estrutura impõe ao agente social certo de tipo de ação, em conformidade com o jogo de forças que então se estabelece.

[...] os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente, quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma

imposição direta que se exerceria na interação (ordem, 'influência', etc.). (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Bourdieu (2004, p. 29) esclarece que, no campo científico, “os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições.” Para o autor, essas estratégias podem orientar-se tanto no sentido da conservação da estrutura do campo como no sentido de sua transformação, de acordo com a posição que o pesquisador ocupa no campo. Sobre as disposições, vale sublinhar que, em Bourdieu (2004, p. 28), elas nos remetem à ideia de “[...] *habitus*, isto é, maneiras permanentes, duráveis, que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo.” Os pesquisadores que adquirem suas disposições longe do campo em que ora atuam podem acessar estratégias pouco eficazes para a construção de seu crédito no campo, em função de estarem sempre defasados, deslocados. Eles podem, porém, justamente em face dessa sua posição deslocada, lutar com as forças do campo, resistindo e transformando as estruturas em razão de suas disposições, em vez de submeter suas disposições às estruturas.

Referindo-se a essa luta no contexto específico da ciência, Bourdieu (1983b, p. 122-123, grifo do autor) afirma que o campo científico é “[...] o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Uma luta na qual o que está em jogo é o “monopólio da *competência científica*”, “compreendida enquanto a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.” Vale sublinhar que essa luta não ocorre em uma relação de igualdade entre seus agentes sociais, visto que alguns deles já alcançaram o “monopólio da *autoridade científica*” dentro do “[...] sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) [...]” (BOURDIEU, 1983b, p. 122). Poderíamos dizer que a Capes, enquanto instância avaliadora dos programas de pós-graduação é um importante agente social no campo científico, e que suas regras de avaliação, têm efeitos não negligenciáveis no modo de funcionamento das diferentes áreas do campo científico. Algumas dessas regras podem ser totalmente adequadas para uma área, podendo, entretanto, configurar-se como extremamente limitante para uma outra, motivo pelo qual precisam ser sempre reavaliadas e pensadas em sua aplicabilidade. Para Bourdieu (2004, p. 34),

de fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, conhece também lutas que, em

parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. Se é assim, entre outras razões, é porque a economia anti-econômica – voltarei a esse ponto – da ordem propriamente científica permanece enraizada na economia e porque mediante ela se tem acesso ao poder econômico (ou político) e às estratégias propriamente políticas que visam conquistá-lo ou conservá-lo.

Como nota Bourdieu (2004), considerando que a atividade científica tem um custo econômico, a autonomia de um dado campo científico pode ver-se comprometida pelo fato de este campo necessitar de alto grau de investimento financeiro para concretizar suas pesquisas, o que já não ocorreria com aquelas ciências cujas pesquisas exigissem um menor grau de investimento financeiro. Mas a autonomia de um campo científico não é medida unicamente pelo seu grau de necessidade de recursos financeiros; é medida, sobretudo, por sua capacidade de proteger-se de intrusões através da imposição de certas regras de entrada e permanência no campo, em função do capital científico acumulado e também da eficácia de suas sanções positivas e negativas à atuação dos pesquisadores que dele passam a fazer parte (BOURDIEU 2004). Por tudo isso, Bourdieu (2004, p. 21) afirma: “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social que o envolve.” As pressões sociais são, conforme explica o autor, mediatizadas pela lógica do campo, tais como a “[...] capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões e demandas externas.” (BOURDIEU, 2004, p. 22, grifo do autor).

O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Vale aqui, entretanto, uma observação, pois, se o campo não pode guiar-se por interesses políticos exteriores, perdendo assim a sua autonomia, não pode, por outro lado, julgar-se alheio à luta política que nele se estabelece, inescapavelmente. Para Bourdieu (1983b, p. 126), o campo científico, sendo um lugar de luta concorrencial é, por assim dizer, “[um] lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada agente social, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos [...]”. Na compreensão do autor, não apenas os problemas, mas também os métodos, as estratégias científicas são ao mesmo tempo estratégias políticas, já que são definidas “[...]”

expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico [...].”

Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1983b, p. 126, grifo do autor).

Nesse sentido é que Bourdieu (1983b) considera que a estrutura do campo se define, dinamicamente, através das relações de força que se estabelecem entre agentes sociais que o compõem, isto é, “[...] pela distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições.” (BOURDIEU, 1983b, p. 133). Para o autor, a posição que cada agente ocupa num determinado campo é resultante do conjunto de estratégias desse agente em específico e de seus pares-concorrentes, estratégias que são, por sua vez, dependentes do campo em que se desenham.

De qualquer sorte, “o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico [...]” (BOURDIEU, 1983b, p.136). É no contexto dessas discussões que o autor se refere à relação entre os dominantes e os dominados: os primeiros, “ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, [...]”; os últimos, “os novatos, que possuem um capital científico, tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.” (BOURDIEU, 1983b, p. 136-137). Referindo-se à posição diferenciada dos agentes (indivíduos e instituições) no campo científico, o autor considera que

os interesses (no duplo sentido da palavra) que os motivam e os meios que eles podem colocar em ação para satisfazê-los dependem estreitamente de sua posição no campo, isto é, de seu capital científico e do poder que ele lhes confere sobre o campo da produção e circulação científicas e sobre os lucros que ele produz. (BOURDIEU, 1983b, p.137).

Vale pontuar que cada campo apresenta uma dinâmica particular, de tal sorte que as estratégias não se diferenciam apenas de acordo com a posição dos agentes no campo, mas também de acordo com as particularidades de cada campo. Há que considerar, pois, as

características dos diferentes campos e não tomar todos os campos científicos como um todo homogêneo. O campo científico obedece a uma certa ordem científica, mas responde a esta última de modo heterogêneo. Assim, adverte o autor, não faz sentido querer universalizar um caso particular. “É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate daquela que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida.” (BOURDIEU, 1983b, p. 138). Sobre a ordem científica, vale ainda sublinhar, que ela “[...] engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos ao mesmo tempo que a reprodução e a circulação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores desses bens [...]”. (BOURDIEU, 1983b, p. 137-138).

Em um primeiro momento, Bourdieu (1983b) afirma que o sistema de ensino é o único capaz de assegurar a reprodução e a consagração da ciência através da inculcação do *habitus*¹ aos pretendentes; em um segundo momento, afirma que esse sistema de reprodução envolve ainda os periódicos científicos, que por selecionarem produções que correspondem às práticas dominantes no campo, consagram o modo de funcionamento deste e as produções que, em certa medida, o conservam. A seleção feita pelo conjunto de agentes envolvidos na editoração de um periódico dentro de um campo, obedece às leis do campo e tende a rejeitar ou desencorajar a intenção de certos autores em publicar, pela própria definição do publicável.

Por tudo isso, afirma Bourdieu (2014, p. 99), deixando ver a ordem estabelecida na ciência: “o sujeito do campo nunca é um sujeito singular, mas o campo científico, como universo de relações objetivas de comunicação e de concorrência reguladas em matéria de argumentação e verificação.” Conforme entende o autor, os cientistas nunca são sujeitos singulares, gênios totalmente destoantes do jogo de forças do contexto científico em que se situam; antes, são sujeitos coletivos, que atualizam a história de seu campo ao incorporá-la em disposições duráveis, o *habitus* desse campo. Importante destacar que o *habitus* de um campo não está nunca dissociado das instituições que avaliam a sua produção.

Para o autor, no campo científico, as construções individuais são sempre construções coletivas e estão, por assim dizer, sujeitas a transações reguladas por regras e “[...] princípios de sociabilidade específicos impostos pela pertença ao campo que são tais que se as ignoramos ou as transgredimos, excluímos-nos”. (BOURDIEU, 2014, p. 101). Não há, pois, condição de manutenção e nem distinção possível fora do campo e das leis que regulam a

¹ De acordo com Bourdieu (1983a, p. 65), *habitus* é “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*— e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados.”

ação de seus membros. A distinção de um agente social não depende tão somente de sua capacidade inovadora, mas, sobretudo, do reconhecimento de seus pares-concorrentes – muitas vezes aqueles mesmos que compõem a administração de agências de fomento à pesquisa ou as comissões de avaliação dos programas de pós-graduação, definindo normas de avaliação da produtividade no campo –, ou seja, o reconhecimento depende das categorias de percepção compartilhadas e em vigor naquele determinado campo.

2 COMUNICAÇÃO NO CAMPO CIENTÍFICO

Os canais informais e formais não são utilizados de forma análoga por toda a comunidade científica (LETA, 2005; MUELLER, 1995, 2005, 2007a, 2007b, 2008). A variação quanto aos canais é decorrente das características de cada área², a exemplo das Ciências Naturais, Exatas e Biológicas, as quais optam pelo artigo científico; Engenharias e Tecnologias, a seu tempo, elegem anais de evento científico como canal de disseminação dos resultados de pesquisas. As Ciências Sociais e Humanas, em especial, recorrem ao livro, mas também utilizam o artigo científico como canal de comunicação (LETA, 2005; MUELLER, 1995, 2005, 2007a, 2007b, 2008; NEDERHOF, 2006). Assim, no momento de decidir qual o canal de comunicação mais adequado para a disseminação dos resultados de uma pesquisa, emerge a necessidade de proceder a uma análise das características de cada canal em questão, em função não apenas do crédito que se quer alcançar, mas também das especificidades do conhecimento que se produz naquele campo.

Acerca da especificidade do canal de publicação escolhido pelas diferentes áreas de conhecimento, é Mueller (2005) quem explica que, no caso específico das Ciências Normais³ ou Experimentais, por exemplo, as pesquisas são realizadas em equipes e os resultados são disseminados em artigos concisos publicados em “[...] periódicos de circulação internacional e em língua inglesa”. Canossa (2013), por sua vez, em entrevista ao periódico *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, esclarece que, “o livro [coletânea ou monográfico] segue sendo uma poderosa ferramenta de comunicação científica, com a particularidade de refletir sobre o estado da arte de determinado campo ou de aprofundar temas de importância e/ou novidades para o avanço do conhecimento científico.” Entretanto, em função das

² Neste texto manteve-se o termo “área” nos casos em que o autor citado utiliza-se deste conceito e não do conceito de campo.

³ Mueller (2005) utiliza o termo “Ciências Normais”, a partir da perspectiva de Thomas Kuhn. Para melhor compreensão do termo supracitado, sugere-se a consulta do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas S. Kuhn.

características do campo de disseminação da informação na contemporaneidade é, muitas vezes, através dos artigos publicados em periódicos científicos que o pesquisador identifica títulos de livros científicos que garantem o aprofundamento teórico-conceitual que uma pesquisa de qualidade demanda.

A especificidade dos campos científicos, a exemplo da agilidade demandada por alguns deles na disseminação e renovação do conhecimento científico, requer um canal de comunicação cujo processo editorial permita maior circulação, distribuição e celeridade, como é o caso do artigo publicado em periódico científico. Este canal de comunicação possibilita a publicação parcial, e portanto, uma circulação e visibilização mais imediata dos resultados das pesquisas, dinamizando o próprio processo de construção de conhecimento. Poderíamos afirmar que assim como existem diferentes fatores atuando no comportamento de citação dos pesquisadores em seus campos particulares (RODRIGUES, 2017, 2018), podem existir diferentes fatores atuando na não escolha do livro como primeira opção de canal de comunicação dos resultados das pesquisas. A seguir sugere-se, alguns desses possíveis fatores:

- visibilidade do livro impresso junto aos pesquisadores do campo – o livro impresso, pelas próprias características que possui, tende a apresentar reduzida visibilidade. Este fator minimiza não apenas o acesso ao conteúdo, como também restringe a possibilidade de ser lido e, também, citado. Limitações no sistema de distribuição, número diminuto de livro em acesso aberto, assim como poucos títulos de livros indexados em base de dados são exemplo de fatores que corroboram para a baixa visibilidade do livro;
- sistema de circulação e distribuição do livro impresso – diferente do livro digital, o impresso demanda uma logística mais complexa para chegar ao consumidor final, o leitor. De modo geral, esta etapa intermediária entre a editora e o consumidor final depende de uma infraestrutura de cooperação entre os envolvidos, transporte – atacadista – varejista -, que dinamize o sistema. A inoperância de um destes agentes compromete a dinamicidade que o campo científico demanda. Packer (2010), ao discutir sobre o livro digital, aponta como positiva a “ubiquidade, espacial e temporal”, característica que potencializam a democratização do livro;

- livro em acesso aberto – livro em acesso aberto em geral alcança maior visibilidade e possibilidade de ser lido e citado pelos pares, contudo, observa-se que o livro em acesso aberto é um modelo em consolidação.
- indicadores de avaliação do livro – a inexistência de indicadores que associem dados quantitativos e qualitativos consolidados para o livro prejudica o sistema de avaliação da ciência e as políticas de fomento à pesquisa. Atribuir impacto de um livro em um determinado campo científico exige uma análise que não apenas compute a frequência de citação, mas também o contexto sociopolítico do campo, os quais estão interligados às orientações do campo para que o pesquisador possa criar alinhamento com seus pares consagrados no campo.
- peso atribuído ao artigo em periódico científico e ao livro no Sistema de Avaliação da Capes – é possível constatar a representatividade alcançada pelo artigo em periódicos científicos em comparação ao livro na avaliação da Capes por dois fatores: primeiro, pelo tempo de institucionalização do Qualis Periódico, que apesar dos questionamentos, ainda persiste como ferramenta de avaliação, e segundo, porque algumas áreas que indicam como publicação de qualidade o livro e o artigo em periódico científico, quando discorre sobre processo de internacionalização do programa, optam em priorizar o artigo em periódico científico. Exemplos de áreas que recomendam o artigo como critério de internacionalização estão: Antropologia/Arqueologia, cujo documento de área afirma: “a internacionalização dos programas é medida pelos seguintes critérios: a) publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais [...]” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2016a, p. 22) e Direito, área em que no documento de área informa: “[...] Inserção internacional: [...] publicação em periódicos internacionais classificados no Qualis da Área como A ou B1.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2016b, p. 20).
- internacionalização dos programas de pós-graduação – obter o nível de internacionalização requer a inserção da produção brasileira no campo científico internacional. Um dos recursos para alcançar esta entrada é através das citações em produções estrangeiras. Para que isso ocorra, é preciso superar

entre outras desigualdades, que a produção brasileira esteja em um idioma acessível a um maior número de pesquisadores, a exemplo do inglês. Os livros científicos brasileiros para conseguir competir em nível de igualdade com os artigos publicados em periódicos científicos precisam estar atentos a esse aspecto.

2.1 O sistema de avaliação da Capes: reflexões acerca da produção intelectual

Institucionalizada em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, designação inicial da atual Capes, tem como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2008). Ao longo de sua trajetória, a Capes implementou políticas que possibilitaram a expansão e qualificação da pós-graduação brasileira.

De acordo com depoimento de Darcy Closs⁴, publicado no trabalho comemorativo dos 50 anos da Capes publicado em 2002, o levantamento dos cursos de pós-graduação brasileira realizado em 1973 apresentava critérios de classificação diversificados entre as universidades e os cursos. Segundo o próprio Closs, para minimizar a disparidade na avaliação das áreas, a Capes, através dos Comitês de Assessores, estabeleceu um critério nacional, composto de indicadores como: “[...] qualificação do corpo docente, *produção científica*⁵, número de créditos (360 horas de disciplinas), além da análise de cópias das dissertações ou teses.” (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 78, grifo nosso). A iniciativa na equidade dos indicadores para todos os programas de pós-graduação, embora relevante para a pesquisa brasileira, encontrou resistência inicial.

Em 1975, na primeira avaliação⁶ com base nestes indicadores, a adesão ao preenchimento dos formulários de Avaliação da Capes não alcançou a adesão em sua

⁴ Graduado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado na Alemanha, Closs assumiu o cargo de diretor da Capes no período de 1974-1979.

⁵ Posteriormente passou a denominar-se no quesito/item, como produção intelectual.

⁶ No mesmo trabalho comemorativa dos 50 anos da Capes publicado em 2002, em que Darcy Closs declara que em 1973 ocorreu o primeiro levantamento dos cursos de pós-graduação brasileira, Reinaldo Guimarães declara que “Essa história [acerca da Avaliação da Capes] ainda não foi escrita em detalhes, mas sabe-se que as primeiras experiências de avaliação pela Capes ocorreram em 1977,TM ainda não vinculadas ao fomento, isto é, aquilo que o programa recebia da Capes não dependia de ter sido avaliado. Consta — e não sei o que há de folclore ou de verdade, acredito que tenha muito de verdade — que até 1981 a Universidade de São Paulo não mandava uma informação sequer para a Capes; simplesmente, negava-se a preencher formulários e a submeter-se ao processo de avaliação. Em 81 houve a decisão de só

totalidade pelos programas de pós-graduação. Em resposta a esse posicionamento dos programas, os Comitês de Assesores suspenderam a oferta de bolsas para os cursos dos programas, fato que impulsionou a adesão de todos os programas (FERREIRA; MOREIRA, 2002). Esse sistema de avaliação visava subsidiar as decisões referentes a distribuição das cotas de bolsas e de auxílios e ocorria, conforme afirmam Ferreira e Moreira (2002, p. 92), “[...] a portas fechadas, com informações assistemáticas, casuais.”

A adesão dos programas em sua totalidade após a negação das bolsas aos programas que não preencheram os formulários de avaliação, exemplifica a inescapável adequação dos referidos programas às estruturas de poder do campo científico, o que nos remete a Bourdieu (2004) quando esclarece que a estrutura das relações objetivas no campo científico orienta os agentes sociais em seus posicionamentos.

Não obstante os questionamentos relativos ao Sistema de Avaliação da Capes, é oportuno reconhecer também a sua validade do ponto de vista da qualidade da pós-graduação brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que, ao longo de sua trajetória, o Sistema de Avaliação da Capes passou por aperfeiçoamentos importantes. Edson Machado de Sousa, por exemplo, ao assumir o cargo de Diretor-geral dessa instituição entre 1982-1989, realizou um trabalho que resultou na informatização do processo de coleta dos dados, os quais passaram a ser publicitados (FERREIRA; MOREIRA, 2002).

Em 1992, após o processo de extinção e recriação, a Capes torna-se fundação e reestrutura o processo de avaliação. Em 1995, os programas deixam de ser classificados por conceitos – A, B, C, D e E, e passam a ser classificados por notas de 1 a 7. As notas 6 e 7 são atribuídas aos cursos com doutorado e com inserção internacional, apontando para um incentivo do processo de internacionalização dos programas de pós-graduação.

No triênio 1998-2000, de acordo com Sousa e Macedo (2009, p. 258),

[...] começou a se desenhar a proposta de qualificar os veículos em que a produção dos programas de pós-graduação era publicada. Ainda que a ideia de qualificação tenha sido discutida, não se iniciou, neste momento, um processo mais sistemático de avaliação. Os resultados da avaliação dos programas ainda indicavam números globais de produtos em periódicos, livros e trabalhos completos em anais.

O modelo de avaliação vigente era meramente quantitativo, ou seja, era computada a quantidade de produção intelectual, seja disseminada em periódicos, livros ou anais de eventos. Embora o livro fizesse parte dos produtos avaliados na produção intelectual, ele não

conceder bolsa a quem mandasse os formulários solicitados; rapidamente, a USP passou a mandar.” (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 279)

possuía um roteiro de classificação preestabelecido, tornando-o quase que invisível na avaliação da Capes. A preocupação com o futuro do livro na avaliação da Capes segundo Luz (2005, p. 631), está condicionada à criação de uma “cultura do livro”. O autor recorre a essa expressão para atribuir ao livro a função de “[...] depositário central, na cultura moderna, não apenas da transmissão do pensamento estruturado em forma de filosofia, ciência ou arte, ou da divulgação da informação considerada socialmente importante, mas também da circulação do imaginário, dos comportamentos e dos sentimentos humanos.”

Em 2008, durante as reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), discutiu-se o estabelecimento de mecanismos para a qualificação de livros empregados para disseminação dos resultados das pesquisas. Estas discussões preliminares resultaram na aprovação do Roteiro para Classificação de Livros⁷, durante a 111ª Reunião do referido conselho, ocorrido em 24 de agosto de 2009. As considerações preliminares do roteiro apontam como propósito do instrumento, “[...] estabelecer critérios comuns para qualificar a produção intelectual veiculada através de livros e, a partir dele, estabelecer orientações para a avaliação trienal.”⁸ (ROTEIRO..., 2009, p. 1). A iniciativa brasileira pode ser considerada como positiva, em especial para as áreas que tem como característica o emprego do livro como canal de disseminação dos resultados da pesquisa. Autores como Miranda e Mugnini (2014, p. 7) reconhecem a relevância da classificação do livro ao afirmar que “pode-se notar um aumento da preocupação com a qualidade do conteúdo da obra entre os dois últimos triênios [2004-2006 e 2007-2009], denotando que a classificação de livros tende a consolidar-se na política científica nacional.”

No referido roteiro, o livro é definido como: “[...] produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.” O instrumento de classificação de livros está dividido em três partes: parte I – dados de identificação da obra, disponíveis da ficha catalográfica de cada livro, parte II – avaliação pela comissão de classificação de livros, considerando os dados mínimos, aspectos formais, tipo e natureza do texto e parte III – avaliação do conteúdo da obra, acerca da relevância, inovação e potencialidade do impacto.

⁷ “[...] o quesito IV – Produção Intelectual – da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e a artística. Os critérios definidos para a avaliação dos livros com conteúdo científico, poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes em separado da produção científica.” (ROTEIRO..., 2009, p. 2). Nesse artigo, o termo livro científico será empregado para referir-se à produção científica.

⁸ Em 2014, a avaliação passou a ser realizada quadrimestralmente.

Apesar do documento constituir-se como base para a avaliação, o mesmo reconhece as particularidades de cada área e esclarece que, “cada área elaborará seu próprio instrumento contendo essas três partes e tendo este modelo como base podendo acrescentar ou suprimir itens de avaliação.” (ROTEIRO..., 2009, p. 7), cabe também a cada área, a atribuição do peso para cada aspecto analisado do livro. A classificação do livro encontra-se distribuída em cinco estratos L1; L2; L3; L4 e LNC, sendo o último estrato sem pontuação, atribuído as obras não classificadas durante a avaliação.

No aspecto “potencialidade do impacto”, da parte III, do instrumento para classificar o livro entre outros aspectos, nos chama atenção, a circulação e distribuição prevista para o livro, assim como a língua em que foi publicado. Etapa anterior a do uso propriamente dito, a circulação e distribuição do livro pode influenciar no consumo desse produto editorial. De acordo com Thompson (2013, p. 21), “para a maioria dos leitores, o único ponto de contato que eles têm com a cadeia de suprimento de livros é quando entram em uma livraria para folhear ou comprar um livro, quando folheiam trechos de um livro on-line ou quando retiram um livro de uma biblioteca.” Nessa perspectiva, o livro publicado por editora universitária pode demonstrar desvantagens em detrimento do livro publicado em editora comercial. Grosso modo, na editora comercial, o setor responsável pela circulação e distribuição encontra-se em sua grande maioria melhor estruturado que os da editora universitária, tendo em vista o modelo de negócio a que a editora comercial se propõe.

A indexação de livro em base de dados, embora não explicitada no roteiro para qualificar o livro na avaliação da Capes, apresenta relação com o aspecto “potencialidade do impacto” do livro. Pois, a indexação do livro em base de dados, assim como do periódico científico, possibilita que a produção intelectual alcance mais visibilidade e, conseqüentemente, maior probabilidade de ser lido e citado. Miranda e Mugnini (2014, p. 2, grifo nosso), ao pesquisar os critérios de classificação de livros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística, Letras & Artes, justifica recorrer aos critérios estabelecidos pelas áreas investigadas para classificação do livro, afirmando que: “[...] parte da produção (como os livros) *não está indexada em base de dados*, exigindo um árduo trabalho de classificação, e pelo fato de *não poder se pautar em critérios de fácil obtenção* - como os indicadores derivados das revistas científicas”.

Sobre a dificuldade explicitada pelos autores decorrente da ausência de livros indexados em base de dados e de indicadores provenientes dos periódicos, o documento base para classificação de livro na avaliação da Capes justifica a necessidade sinalizando que, “[...] não há, até o presente [2009] bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos

adotados para os periódicos. [...] avaliar a produção intelectual dos programas veiculada por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos.”

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como descritivo e de abordagem quantitativa. O *corpus* da pesquisa foi composto por 49 documentos de área do quadriênio 2013-2016, em especial das definições e comentários sobre o quesito/item *Produção intelectual* do referido documento. Este quesito/item do Sistema de Avaliação da Capes encontra-se subdividido em geral em quatro tópicos – *Publicações qualificadas do Programa por docente permanente* (PQDP)⁹; *Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa* (DPDP), *Produção técnica, patente e outras produções consideradas relevantes* (PTP) e *Produção Artística* (PA), para as áreas em que tal tipo de produção é pertinente. Nessa pesquisa, optou-se em analisar o primeiro tópico – PQDP, por ser o tópico que indica entre outras produções relevantes na comunicação da pesquisa, o livro científico.

Os documentos encontram-se disponíveis na Plataforma Sucupira por área de avaliação¹¹. As áreas estão organizadas sob uma estrutura hierarquizada, compondo no primeiro nível três Colégios, e no segundo nível, nove Grandes Áreas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014b), conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 – Organização das áreas de avaliação

COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA		
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
Ciência de Alimentos	Biodiversidade	Educação Física
Ciências Agrárias I	Ciências Biológicas I	Enfermagem
Medicina Veterinária	Ciências Biológicas II	Farmácia
Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Ciências Biológicas III	Medicina I
		Medicina II
		Medicina III
		Nutrição

⁹ Neste artigo optou-se por empregar código alfabético, elaborado pelas autoras, para identificar os tópicos do quesito/item Produção intelectual do Documento de área.

¹⁰ Fazem parte das publicações do tópico Publicações qualificadas do Programa por docente permanente, os livros e capítulos de livros científicos, artigos publicados em periódicos científicos e anais de evento.

¹¹ Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>.

		Odontologia
		Saúde Coletiva
COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
Astronomia/Física	Engenharias I	Biotecnologia
Ciência da Computação	Engenharias II	Ciências Ambientais
Geociências	Engenharias III	Ensino
Matemática/Probabilidade e Estatística	Engenharias IV	Interdisciplinar
Química		Materiais
COLÉGIO DE HUMANIDADES		
CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
Antropologia/Arqueologia	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Artes
Ciência Política e Relações Internacionais	Arquitetura, Urbanismo e Design	Linguística e Literatura
Ciências da Religião e Teologia	Comunicação e Informação	
Educação	Direito	
Filosofia	Economia	
Geografia	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	
História	Serviço Social	
Psicologia		
Sociologia		

Fonte: (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014b)

Embora o documento de área oriente o processo de avaliação da Capes dos cursos de Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional, para este estudo decidiu-se em investigar as informações referentes aos cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado.

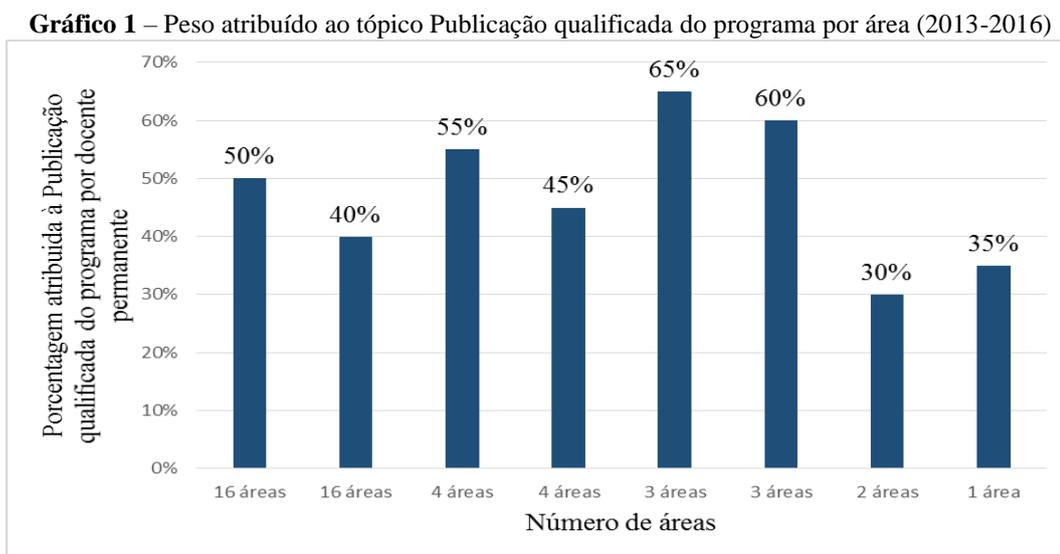
Optou-se por esses cursos por serem estes de “natureza acadêmica e de pesquisa” (BRASIL, [1965]), podendo apresentar informações mais representativas acerca do livro científico na avaliação da Capes, se comparado com o Mestrado Profissional, que propõe como objetivo “[...] contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a).

4 RESULTADOS PRELIMINARES

Nesta seção, descreve-se em três subseções, o papel ocupado pelo livro no contexto do Sistema de Avaliação da Capes.

4.1 Peso atribuído ao tópico *Publicação qualificada do programa por área*

Cada comissão de avaliação da Capes, conforme a especificidade de cada área, define o peso a ser atribuído a cada tópico de cada quesito/item, a exemplo do tópico *Produção qualificada do programa por docente*. O Gráfico 1 evidencia a frequência das áreas por peso atribuído ao tópico *Publicação qualificada do programa*.



Fonte: elaborado pelas autoras.

A distribuição das áreas por peso conferido ao tópico produção qualificada do programa, inserido no quesito/item *Produção intelectual* demonstra variação que oscila entre 30% e 65% do peso atribuído à Produção intelectual. Os pesos 40% e 50% apresentam-se como os mais aglutinadores de áreas, pois, 40% é o peso designado para 16 (33,0%) áreas e 50% é o peso atribuído a 16 (33,0%) áreas.

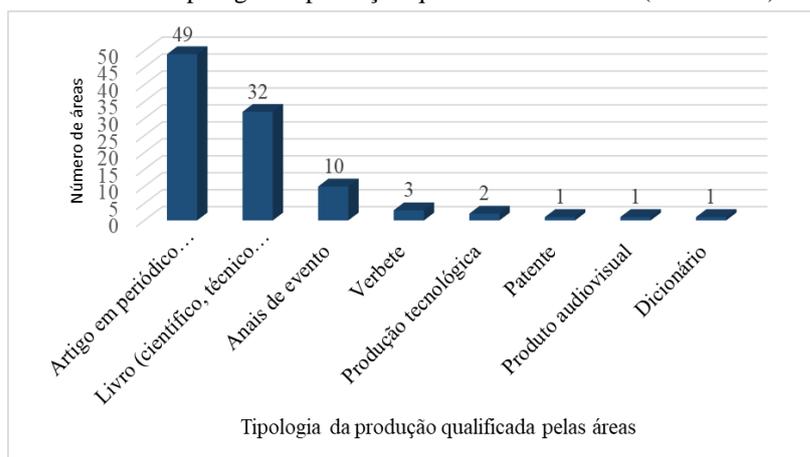
Outro aspecto evidenciado com os resultados refere-se ao peso acima de 50% atribuído a publicação qualificada. De 10 áreas que atribuem peso equivalente a 55% e 65%, 7 (14,2%) áreas – Geociências; Matemática/Probabilidade e Estatística; Interdisciplinaridade; Ciência Política e Relações Internacionais; Educação; História e Economia, estão distribuídas

nas seguintes Grandes Áreas: Ciências Exatas e da Terra; Multidisciplinar; Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

4.2 Tipologias da produção qualificada das áreas

Grosso modo, as áreas recorrem a mais de uma tipologia para comunicar os resultados de suas pesquisas. A presença de mais de um canal de comunicação para a pesquisa já foi identificada em pesquisas anteriores, como afirmam Leta (2005), Mueller (1995, 2005, 2007a, 2007b, 2008) e Nederhof (2006). De acordo com esses autores, as Ciências Sociais e Humanas, em especial, recorrem ao livro, mas também utilizam o artigo científico como canal de comunicação. O Gráfico 2 apresenta a frequência das tipologias da produção qualificada das áreas.

Gráfico 2 – Tipologia da produção qualificada das áreas (2013-2016)



Fonte: elaborado pelas autoras.

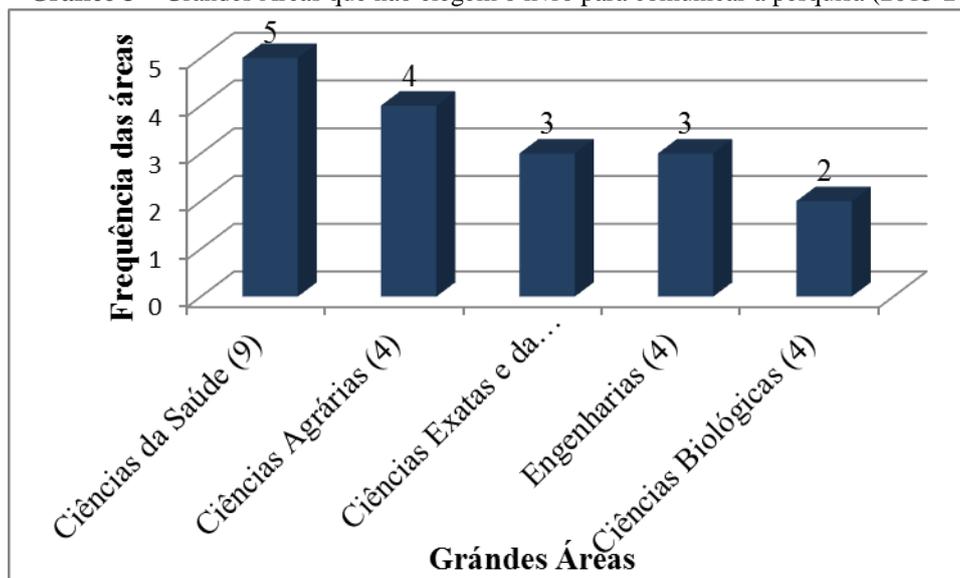
Em relação às tipologias das produções qualificadas das áreas, o *Artigo em periódico científico* é considerado por todas as áreas como produção qualificada, seguido do livro e/ou capítulo de livro com presença em 32 (65,3%) áreas. A comunicação dos resultados das pesquisas é uma regra no campo científico, entretanto, em qual tipologia publicar é ação orientada conforme as leis de funcionamento do campo científico (BOURDIEU, 2004), que embora não registrada, regulam através do *habitus*, as ações dos pesquisadores permitindo que o mesmo alcance reconhecimento de seus pares-concorrentes.

Ainda sobre as tipologias, nota-se que embora exista na ficha de avaliação um campo específico para *Produção técnica, patente e outras produções consideradas relevantes*, duas áreas indicaram Produção tecnológica e uma área apontou patente como produção qualificada.

Outro aspecto analisado sobre o uso do livro para comunicar pesquisa, refere-se à institucionalização do roteiro para classificação deste canal de comunicação customizado pelas áreas, a partir do documento modelo elaborado em 2009.

Acerca das áreas que não fazem uso do livro para comunicar as pesquisas, o Gráfico 3 proporciona esclarecimento sobre este aspecto analisado.

Gráfico 3 – Grandes Áreas que não elegem o livro para comunicar a pesquisa (2013-2016)



Fonte: elaborado pelas autoras.

Nas 17 (34,7%) áreas que não elegem o livro como canal de comunicação da pesquisa identificou-se predominância na Grande Área de Ciências da Saúde e de Ciências Agrárias. Estas Grandes Áreas registraram a presença de 5 (29,4%) e 4 (23,5%) áreas.

4.3 Pontuação atribuída por área aos estratos dos livros

Outro aspecto analisado foi a institucionalização de um roteiro, elaborado pela própria área, para classificação do livro científico e a pontuação atribuída a essa produção científica. De 32 áreas que optam pelo livro para comunicar a pesquisa, 16 (50,0%) áreas possuem seu próprio roteiro de classificação. As informações sobre a pontuação atribuída aos estratos dos livros encontram-se dispostas no Gráfico 4.

Quadro 4 – Pontuação atribuída pelas áreas aos estratos dos livros (2013-2016)

Áreas	Pontuação				
	L4	L3	L2	L1	LNC
Artes	100	85	65	30	0
Ciência Política e Relações Internacionais	Recorre à fórmula.				
Ciências Ambientais	100	75	50	25	0
Ciências da Religião e Teologia	400/360	280/252	140/126	40/36	0
Comunicação e Informação	300	200	100	50	0
Direito	> 45	15 a 45	10 a 14	Até 9	0
Economia	Não explicita a pontuação.				
Enfermagem	80	60	40	20	0
Engenharia IV	Recorre à fórmula.				
Ensino	75	50	25	10	0
Filosofia	Não explicita a pontuação				
História	250	75	50	25	0
Letras e Linguística	351-400	301-350	151-300	81-150	<81
Psicologia	300	240	150	90	0
Serviço Social	250	170	90	45	0
Sociologia	Não explicita a pontuação.				

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nota: * Para dissertações publicadas a pontuação é 100.

O roteiro de classificação de livros elaborado pelas áreas deveria constituir-se como documento norteador do processo de avaliação dos livros, contudo, os resultados evidenciaram que das 16 áreas que institucionalizaram o roteiro para classificação de livros 2 (12,5%) áreas recorrem à uma fórmula que dificulta a compreensão do processo de avaliação dos livros. Por sua vez, 3 (19,6%) áreas não especificam a pontuação atribuída a cada estrato de classificação dos livros.

5 NOTAS NÃO CONCLUSIVAS

Com base nos resultados apresentados, constata-se que o livro apesar de se constituir como uma opção de canal de comunicação em mais de 50% das áreas, ele encontra-se em posição de desvantagem no Sistema de Avaliação da Capes, em comparação ao artigo em periódico científico, como mostra os dados do Gráfico 2. Além disso, a dinamicidade de alguns campos científicos, demanda um canal de comunicação que reúna característica como credibilidade no campo científico e agilidade no processo editorial, qualidade que o artigo em periódico científico vem alcançando na ciência e que o livro ainda está por alcançar.

Os resultados da pesquisa nos permitem indicar, com base na revisão da literatura sobre comunicação científica e nas considerações de Bourdieu sobre campo científico, algumas pistas que podem colaborar na elucidação dos possíveis fatores que influenciam a não relevância do livro na comunicação da pesquisa na avaliação da Capes. A primeira pista diz respeito às particularidades do livro impresso e sua limitação no atual contexto do campo científico. Embora existam editoras que deram passos importantes na publicação de livros digitais, ainda se observam editoras que precisam avançar nesse sentido. As editoras que optam pelo livro impresso devem estar atentas à visibilidade desse produto editorial e ao sistema de circulação e distribuição do mesmo, visto que talvez, a sua baixa capacidade de circulação e de visibilidade, seja um dos motivos que o coloca numa posição de desvantagem em relação ao periódico científico – cientes de que o momento atual da economia do país, tem afetado a indústria editorial, e o fechamento de livrarias, pedidos de recuperação judicial têm ocorrido com frequência, afetando a circulação do livro e a adoção de novos modelos de negócio pelas editoras ainda ocorre de forma gradual. Importante dizer que a simples instituição do livro digital não é suficiente, é necessária uma atenção em relação à visibilidade através da indexação em base de dados, mas também ao modelo de acesso aberto a comunicação científica.

A segunda pista diz respeito à dinâmica do campo científico, como Bourdieu (2004, 2014) elucida, os pesquisadores ocupam posições que os distinguem em função do capital que acumulam em suas trajetórias de pesquisa. Uma das formas de alcançar essa distinção no campo científico é através do reconhecimento pelos seus pares. Publicar em canais consagrados pelo campo é um recurso empregado pelos pesquisadores para alcançar esse reconhecimento. Dito isto, é impossível dissociar a relevância do periódico científico no documento de área da Capes com fator sociopolítico presente no campo científico.

Nestas últimas linhas, é oportuno sinalizar que o estudo não tem a pretensão de ser conclusivo, é uma análise preliminar, apontando para a necessidade de outras investigações sobre o tema, com emprego de métodos de investigação múltiplos, para melhor entender a relevância de determinado canal de comunicação em detrimento de outro, assim como, para compreender a relação entre o Sistema de Avaliação da Capes e os possíveis fatores que influenciam a comunicação da ciência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo : Ática, 1983a. p.46-81.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo : Ática, 1983b. p.122-155.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo : UNESP, 2004. 87p.

BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2014. (Coleção Biblioteca, 70).

BRASIL. Conselho da Educação Superior. *Parecer n° 977/65*. [1965]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%209771965.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CANOSSA, J. O livro segue sendo poderosa ferramenta de comunicação científica. *História Ciências Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, ago. 2013. Entrevistado: Marina Lemle. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-livro-segue-sendo-poderosa-ferramenta-de-comunicacao-cientifica/>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da pós-graduação*. 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanaplataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Coleta de dados: conceitos e orientações*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacaon/ColetaDados-PlataformaSucupira-Manual-Abr14.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de área Antropologia/Arqueologia*. 2016a. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/ANTR_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Documento de área Direito. 2016b. Disponível em:

<http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/26_DIRE_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

História e missão. 2008. Disponível em: <<http://capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Mestrado profissional: o que é?. 2014a. Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Sobre a avaliação. 2014b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: 05 set. 2018.

FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L. *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*.

Depoimento ao CPDOC/ FGV. Brasília, 2002. Disponível em:

<<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001600.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LETA, J. Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos. In: LANDI, F. R.; GUSMÃO, R. (Coord.). *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2004*. São Paulo: FAPESP, 2005. p. Disponível em:

<http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_vol1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

LUZ, M. T. O futuro do livro na avaliação dos programas de pós-graduação: uma cultura do livro seria necessária? *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 631-636, set./dez. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/icse/v9n18/a17v9n18.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.

MIRANDA, E. C.; MUGNAINI, R. Estudo exploratório dos critérios de classificação de livros nas áreas de ciências sociais aplicadas, humanas e linguística, letras & artes. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA. 4., 2014, Recife.

Anais eletrônicos... Recife: [s.n.], 2014. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/27188>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica.

In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2007a. p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais.

DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev.

2005. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/980/2/ARTIGO_PublicacaoCiencia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica. In : TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador : EDUFBA, 2007b. (Saladeaula; 6). Disponível em : <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em : 15 set. 2013.

MUELLER, S. P. M. Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: alguns reflexões. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. esp. 1. sem. p. 24-35. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2008v13nesp1p24/1593>>. Acesso em: 16 set. 2015.

MUELLER, S. P. M. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002743&dd1=2ad00>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

NEDERHOF, A. J. Bibliometric monitoring of research performance in the Social Sciences and the Humanities: A review. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 81-100, 2006. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11192-006-0007-2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PACKER, A. L. *O livro eletrônico chegou!:* vida eterna ao livro!. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 40, p. 39-97, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, K. de O. *Fatores que influenciam o comportamento de citação de docentes-pesquisadores do campo da Cancerologia brasileira*. 2017. 325f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal da Bahia, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, K. de O.; OLIVEIRA, M. Comportamento de citação no campo da Cancerologia brasileira. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 5, n. 2, p. 3-13, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4063/3866>>. Acesso em: 7 set. 2018.

ROTEIRO para classificação de livros: avaliação dos programas de pós-graduação. 2009. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SOUSA, C. P. d; MACEDO, E. *Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o Qualis Periódicos*. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Revistadeeducacaopublica/2009/no37/1.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

THOMPSON, J. B. *Mercadores de cultura*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: UNESP, 2013.